

**QUESTÕES DISSERTATIVAS****DIREITO CIVIL****1ª Questão** (20 pontos):

Discorra sobre a responsabilidade civil do Município por danos decorrentes de sua omissão.

**2ª Questão** (20 pontos):

Um cidadão domiciliado no Município do Rio de Janeiro recebeu, após longos anos de busca incessante e de várias consultas a médicos especializados, o diagnóstico definitivo da chamada “disforia de gênero”, ou seja, de transexualismo como desvio permanente, caracterizado pelo “desconforto com o sexo anatômico natural” e pelo “desejo de mudar de sexo capaz de levar à automutilação ou auto-extermínio”. Ansioso por realizar a almejada cirurgia de mudança de sexo, o referido cidadão procura um hospital municipal. Embora a unidade hospitalar disponha de equipe médica habilitada a realizar a cirurgia, o diretor do hospital resolve consultar a Procuradoria Geral do Município a respeito da licitude de tal intervenção. Nos termos do atual ordenamento jurídico brasileiro, considera-se lícita a cirurgia de mudança de sexo? Justifique sua resposta.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****3ª Questão** (20 pontos):

Indique uma semelhança e uma diferença entre a ação popular e a ação civil pública.

**4ª Questão** (20 pontos):

O Prefeito do Município do Rio de Janeiro constata a existência de um enorme terreno na Barra da Tijuca, de propriedade de uma grande imobiliária, que aguarda a valorização da área. Preocupado com a ociosidade do terreno, solicita orientação da Procuradoria sobre quais medidas poderia adotar e a quais requisitos deveria atender para promover a ocupação do aludido imóvel. Profira um opinamento à luz do ordenamento jurídico .

**TEORIA GERAL DO PROCESSO****5ª Questão** (20 pontos):

Cristiano (15 anos) foi assaltado no Centro do Rio de Janeiro, sendo que os policiais militares que se encontravam do outro lado da rua nada fizeram para impedir o crime ou tentar prender o ladrão. Revoltado, o estudante propôs medida cautelar, pretendendo indenização pelos danos sofridos, na comarca de Nova Iguaçu, local de sua residência. A medida judicial foi proposta em face do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Quais os aspectos processuais que argüiria na contestação do Município do Rio de Janeiro?

**Cada questão deve ser respondida em, no máximo, 10 (dez) linhas.**









## QUESTÕES OBJETIVAS

### DIREITO CIVIL

- 01.** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum deles precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos. A este fenômeno jurídico dá-se a denominação de:
- A) ausência  
B) genocídio  
C) comoriência  
D) morte presumida
- 02.** Analise cada item abaixo e assinale a alternativa correta:
- I) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, ressalvada a exigência médica.
- II) É permitido o ato de disposição voluntário do próprio corpo apenas para fins de transplante.
- III) O ato de disposição do próprio corpo somente é permitido para após a morte.
- IV) Mesmo para após a morte, a disposição gratuita do próprio corpo sofre limitações legislativas.
- A) as afirmativas I e III são falsas  
B) as afirmativas II, III e IV são falsas  
C) as afirmativas I e II são verdadeiras  
D) as afirmativas I e IV são verdadeiras
- 03.** Analise cada item abaixo e assinale a alternativa correta:
- I) As pessoas jurídicas de direito público interno são a União, os Estados e os Municípios.
- II) Os bens públicos podem ser enquadrados em três categorias: os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.
- III) Nas obrigações, a solidariedade não se presume, devendo ser decorrente de lei ou da vontade das partes.
- IV) São dois os tipos de benfeitorias: as úteis e as necessárias. As primeiras são aquelas que aumentam ou facilitam o uso da coisa, enquanto que as do segundo tipo objetivam conservar ou evitar a deterioração da coisa.
- A) as alíneas II e III são verdadeiras  
B) as alíneas II e IV são falsas  
C) as alíneas I, II e III são verdadeiras  
D) as alíneas II, III e IV são verdadeiras
- 04.** Com respeito à Parte Geral do Direito Civil, é incorreto afirmar que:
- A) o domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal  
B) consideram-se bens móveis, para efeitos legais, dentre outros, os direitos autorais  
C) a validade do ato jurídico depende de agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei  
D) o juiz só pode conhecer de ofício da prescrição de direitos patrimoniais quando uma das partes for incapaz ou pessoa jurídica de direito público
- 05.** Com respeito à presunção “juris et de jure”, pode-se afirmar que:
- A) admite prova em contrário  
B) não admite prova testemunhal  
C) admite apenas prova documental  
D) não admite prova em contrário
- 06.** Com referência ao dolo, é incorreto afirmar:
- A) O silêncio de uma das partes sobre fato relevante à consecução do negócio constitui dolo.  
B) O dolo principal ou essencial torna o ato anulável. O dolo acidental só obriga à satisfação de perdas e danos.  
C) Se ambas as partes procederem com dolo, pode alegá-lo, para anular o negócio ou reclamar indenização, a parte a quem o negócio realizado não aproveitou.  
D) O dolo civil, comparado ao dolo do direito penal, é mais genérico, deixando ao juiz a faculdade de interpretar o caso, diante das circunstâncias, para dizer se houve ou não dolo para viciar a vontade.
- 07.** Quanto à responsabilidade civil aquiliana, pode-se afirmar que:
- A) ocorrendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz poderá reduzir, equitativamente, o valor da indenização na responsabilização do agente  
B) a responsabilidade se limita única e exclusivamente à pessoa do agente, não se admitindo a sua extensão em relação a terceiros  
C) a caracterização da responsabilidade depende sempre da comprovação da culpa  
D) a sistemática jurídica brasileira não admite a responsabilidade por omissão

08. João, na qualidade de credor, aceita receber de Caio, devedor, um objeto diverso daquele estabelecido no instrumento obrigacional, extinguindo a obrigação pactuada. Nesse caso, foi realizada uma:
- doação
  - transação
  - novação subjetiva passiva
  - dação em pagamento

### DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Constitui competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:
- instituir impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa
  - instituir taxas, contribuições de melhoria e contribuições previdenciárias dos servidores públicos
  - instituir imposto de competência privativa de outro ente federativo, caso este não a tenha exercido
  - impor, residualmente, impostos não previstos no elenco constitucional, desde que por lei complementar
10. Com referência ao controle de constitucionalidade, é correta a seguinte afirmação:
- Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente as ações declaratórias de constitucionalidade das leis e dos atos normativos da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - O Supremo Tribunal Federal é o único órgão do Poder Judiciário que tem competência para promover o controle concentrado de constitucionalidade das leis e dos atos normativos das três esferas políticas da federação.
  - O Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, mediante a análise de recurso extraordinário, promove o controle concentrado de constitucionalidade, uma vez que analisa o assunto frente a todo o ordenamento jurídico pátrio.
  - Um ato normativo, produzido pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Poder Executivo, pode sofrer, em tese, o controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, sem que isso signifique a quebra da independência e da harmonia entre os três poderes da República Federativa.
11. Quanto à classificação das constituições, é correto afirmar:
- O Brasil possui uma Constituição rígida, já que a alteração do seu texto exige um processo mais complexo e dificultoso do que o exigido para a produção das demais espécies normativas.
  - A Constituição Federal brasileira é flexível, pois pode ser livremente modificada pelo legislador segundo o mesmo processo de elaboração das leis ordinárias.
  - A Constituição Federal brasileira é semiflexível, tendo em vista que parte do seu texto não pode ser modificada.
  - A Constituição Federal é lei suprema, só podendo ser modificada pelas regras de direito natural.
12. Sobre os direitos fundamentais, pode-se afirmar que:
- estão dispostos no rol taxativo do art. 5º da Constituição Federal
  - possuem eficácia mediata e limitada de acordo com a Constituição Federal
  - não são absolutos, podendo ser relativizados diante de conflitos entre normas constitucionais
  - são considerados, pelo art. 60 da CRFB/88, como limitações formais ao poder constituinte derivado
13. Considerando o que prevê a Constituição da República, a respeito das competências municipais, analise cada item abaixo e assinale a alternativa correta:
- legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber
  - promover o adequado ordenamento territorial, podendo, para tanto, legislar sobre desapropriação ou outras formas de intervenção na propriedade privada
  - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, com observância da legislação e fiscalização federal e estadual
  - instituir e arrecadar tributos de sua competência, exceto nos casos de delegação de competência tributária
- a alínea IV é verdadeira
  - as alíneas I e II são verdadeiras
  - as alíneas I e III são verdadeiras
  - as alíneas III e IV são verdadeiras

14. Quanto aos princípios e às normas constitucionais que regulamentam a Administração Pública, é incorreto afirmar:
- A) os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário
  - B) não é permitida a associação sindical aos servidores públicos civis, embora lhes seja garantido o direito de greve
  - C) é vedada a acumulação de cargos públicos, salvo as exceções previstas constitucionalmente
  - D) a responsabilidade civil do Estado é objetiva
15. No que respeita ao Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:
- A) Constitui-se exclusivamente de magistrados, para que não haja questionamentos quanto à inconstitucionalidade de sua criação, frente ao princípio da separação de Poderes.
  - B) Não exerce função jurisdicional, apesar de pertencer à estrutura do Poder Judiciário.
  - C) Exerce função jurisdicional, por ser integrante da estrutura do Poder Judiciário.
  - D) É órgão de controle externo do Poder Judiciário.
16. Com respeito aos fundamentos e direitos contemplados na Constituição Federal, é incorreto afirmar:
- A) O devido processo legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material, sendo instrumento de defesa dos direitos individuais, quanto no âmbito processual, assegurando um regular processo penal, civil e administrativo.
  - B) A Constituição da República de 1988 erigiu a defesa do consumidor como direito fundamental e como princípio da ordem econômica, norma de natureza programática, qualificadora das constituições dirigentes.
  - C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos o pluralismo político, a separação dos Poderes, a dignidade da pessoa humana e a soberania.
  - D) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

17. Os atos processuais do juiz consistem em:
- A) despachos, decisões interlocutórias e sentenças
  - B) proposição de provas, declaração incidental e sentenças
  - C) petição inicial, despachos e sentenças
  - D) transação, despachos e decisões em geral
18. Quanto à citação, pode-se afirmar que:
- A) em qualquer hipótese poderá a citação ser feita por via postal
  - B) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa
  - C) quando o réu residir em estado estrangeiro, a citação deverá ser realizada via carta precatória
  - D) a falta de citação é causa de nulidade do processo e não pode ser suprida em nenhuma hipótese
19. No que concerne à litispendência, é incorreto afirmar que:
- A) é repetição de lide idêntica
  - B) é faculdade do juiz reconhecê-la
  - C) é motivo de extinção do processo sem julgamento do mérito
  - D) exige, para sua configuração, identidade das partes, pedido e causa de pedir das demandas
20. A conexão e a continência são causas de:
- A) modificação da competência
  - B) indeferimento liminar da petição inicial
  - C) extinção do processo com o julgamento do mérito
  - D) extinção do processo sem o julgamento do mérito